

José Barreto

Puro e duro: as memórias de um operário comunista da construção civil

*Nós a Construção Civil*¹, de Luís Nunes Cartaxo, é um livro quase clandestino, estranho à torrente das obras publicadas por editoras comerciais ou quaisquer instituições ou organizações. Um acto puramente individual, pois, e de intenção pelo menos tão polemizante quanto descritiva ou narrativa. polémica lançada do isolamento em que um dia se encontrou o autor, arrastado nas convulsões do movimento sindical e político. Acto corajoso, também, da parte de um trabalhador de 50 anos que se decide a escrever um livro, desafiando expressamente a história do sapateiro e do rabecão.

Para além das limitações e deficiências que facilmente se lhes descobriam, a obra encerra os motivos de interesse e reflexão bastantes para que a propunhamos aqui à atenção dos leitores, em especial dos que se ocupam da história recente da sociedade e do movimento operário portugueses. A raridade de testemunhos como este, o seu cunho genuinamente operário — que o distingue de outros escritos memorialísticos de autores social e culturalmente mais próximos das classes médias — e, não em último lugar, a independência com que foi escrito são circunstâncias que tornam este livro um documento valioso que importa dar a conhecer e analisar.

Luís Nunes Cartaxo, que começou a trabalhar nas obras lisboetas aos 14 anos, possui uma experiência de cerca de quatro décadas na actividade da construção civil. Aprendeu a profissão de pedreiro e ascendeu mais tarde, pelas suas qualidades de trabalho, ao posto de encarregado. Operário de *élite*, conhecedor de todos os meandros do trabalho de construção, orgulha-se disso e fá-lo saber através deste seu livro, em que se propõe relatar a vida da sua classe.

Acontece que, para além do conhecimento da sua profissão, o autor possui uma longa experiência noutro campo. Luís Nunes Cartaxo entrou em 1949, com 20 anos, para o Partido Comunista. Ali manteve, nas circunstâncias da ilegalidade, uma assinalável actividade militante, marcada nomeadamente por quatro anos de prisão política (entre 1958 e 1962). Em 29 de Abril de 1974 participou na ocupação do Sindicato dos Operários da Construção Civil de Lisboa, sendo confirmado na sua direcção em 1975, quando das primeiras eleições sindicais. Durante o período revolucionário assumiu um papel destacado em diversas movimentações reivindicativas

¹ S. I. n. d. (1980), 208 pp.

da classe da construção, tendo uma delas culminado, como se sabe, no sequestro da Assembleia Constituinte. Em princípios de 1976, contudo, deixou a direcção do Sindicato, não voltando a concorrer a eleições. Afastou-se então igualmente do Partido Comunista, com cuja orientação entrara em conflito dentro do próprio Sindicato. Entre 1978 e 1979 redigiu o livro aqui em questão, após ter sido despedido da empresa estatizada em que trabalhava.

Nós a Construção Civil apresenta-se, à primeira vista, como um livro de memórias sobre a classe e o sector de actividade do autor, relatando a vida no trabalho, os problemas quotidianos, os conflitos e as lutas ao longo das últimas três ou quatro décadas. O testemunho pessoal de Luís Nunes Cartaxo abrange, pois, boa parte da época salazarista, o período marcelista, a fase revolucionária de 1974-75 e os primeiros anos do actual regime democrático. O quotidiano do operariado da construção é o assunto principal do livro até 1974, ponto em que as considerações de cariz político tomam gradualmente a dianteira, se bem que presentes ao longo de todo o texto. Na parte final, o autor não se coíbe de apresentar os principais pontos de um programa político da sua lavra.

MONÓLOGO DIALOGADO

Certamente que Luís Nunes Cartaxo não escreveu o seu livro com o intuito de facilitar a tarefa dos historiadores, nem com o pensamento nos sociólogos, críticos literários ou outros curiosos que sobre ele viessem eventualmente a debruçar-se. A obra destina-se visivelmente a um público de trabalhadores da construção civil, sindicalistas e militantes partidários que o autor julga deficientemente informados a respeito da sua pessoa. A forma literária utilizada parece reflectir um esforço de adequação do texto a esses e outros objectivos primordiais do autor.

O texto é integralmente redigido sob a forma algo rebarbativa de diálogos, travados quase sempre entre trabalhadores. Entre os protagonistas, geralmente anónimos, destes diálogos figura decerto muitas vezes o próprio autor, ainda que só raramente seja identificável. Modéstia, cálculo ou primazia ostensivamente conferida à classe sobre o indivíduo, acentuação do colectivo sobre o pessoal? Indistinto entre aqueles que chama «os da nossa igualha», o autor julga certamente satisfazer um dever de coerência: o autêntico comunista, como afirma, não é o que pretende salientar-se, «alcandar-se em lugares à vista», ensinar os trabalhadores ou servir-se deles, mas o contrário de tudo isso. Como se o autor procurasse compensar a «imodéstia» de escrever um livro não só rejeitando o discurso na primeira pessoa, como ainda impedindo a sua identificação entre os protagonistas dos diálogos. Vejamos agora, porém, o reverso desta atitude.

De um modo geral, os diálogos deste livro têm uma clara resultante, inclusive quando há posições divergentes, prevalecendo aí determinada visão ou opinião que, legitimamente, o leitor supõe ser a do autor da obra. Na maioria dos casos não há todavia diferenças de pontos de vista entre os intervenientes operários, descobrindo-se afinal o monólogo do autor por detrás da forma dialógica que impôs ao texto. Verdadeiras divergências ou conflitos só aparecem nos diálogos em que, além dos operários, também intervêm patrões, engenheiros, empregados de escritório ou encarregados das obras. Nas conversas só entre operários assinala-se quando muito alguma

vivacidade ou rudeza; de resto, os seus diálogos compõem-se de sequências de parcelas adicionáveis, intervenções que se corroboram umas às outras ou concorrem docilmente para as mesmas conclusões. Muitas conversas, também, são dominadas por determinado interveniente — o autor? —, que explica, narra, delibera ou esclarece. A unanimidade operária (entre outras coisas) que daqui resulta soa por vezes a artifício de raiz e propósitos ideológicos. Mistificação deliberada ou ingénua consequência da desajustada forma dialogal?

Sem pretender desenvolver uma análise deste livro no plano estritamente literário (aspecto, aliás, em que não excele), assinalo aqui a sobrevivência que ele significa, nos nossos dias, de um antiquíssimo género de prosa, o *diálogo*. Este género, como é sabido, foi igualmente cultivado na literatura popular e na erudita, proporcionando em ambas a vivacidade do discurso e um quadro adequado ao debate de posições contrárias e ao exercício da dúvida metódica. Ora, ao recorrer a esta forma coloquial, Luís Nunes Cartaxo não parece ter sido motivado tanto pelas suas potencialidades dialécticas como pela maior legibilidade do texto (endereço a um público operário refractário às leituras), bem como pela maior facilidade da própria escrita. Parece-me, todavia, que os diálogos anónimos se ajustam fundamentalmente à intenção que o autor manifesta, até no título, de falar pela sua classe, e não apenas por si. A questão permanece: pretenderá a forma coloquial colectiva e anónima iludir o monólogo do autor?

O livro não se divide em capítulos de assuntos, ou de épocas, ou de acontecimentos, mas sim em imaginários dias de trabalho. Tudo é relatado nos sucessivos espaços entre o *bom dia* e o *até amanhã* dos operários, tendo geralmente como pano de fundo o local de trabalho, as obras. Uma série de jornadas de trabalho «artificiais», através das quais o autor tenta relatar não só o dia-a-dia, como também alguns dos acontecimentos mais salientes de um período de várias décadas. Jornadas sempre muito semelhantes, apesar de o autor nelas ter condensado uma grande quantidade de recordações, experiências e factos. «Isto é sempre a mesma coisa todos os dias» — põe o autor na boca de um dos seus personagens operários, como que a desculpar-se da pouca variedade de situações do relato. Só os patrões teriam «dias diferentes», esses «sempre a melhorar».

O cenário constante das obras, do trabalho diário, explica-se obviamente pela intenção de falar sobre a construção civil e os seus operários. É certo que muitos dos diálogos se poderiam situar em qualquer outro cenário, mas ao longo do livro compreende-se que o tempo de trabalho — e ainda mais, naturalmente, o do intervalo para o almoço — constitui o momento privilegiado de comunicação entre os operários. Comunicação que significa evasão em relação ao trabalho, mas também circulação de informações e notícias, troca de conhecimentos e vivências, eventualmente consciencialização política. Conversa-se como se pode, quando o trabalho o permite e o encarregado anda longe, às vezes com cautelas, quase à socapa. Alguns trabalhadores vão prolongar nas tabernas, depois do trabalho, estas constantes palestras. Mas esses, segundo o autor, são, por regra, os menos «conscientes».

Com pelo menos 48 horas semanais de trabalho e somente o dia de domingo livre, pegando todas as manhãs às 8 horas e largando (no melhor dos casos) às 17, sábados incluídos, verificar-se-á facilmente que, até 1974,

os operários da construção civil, como certamente os de outras classes, dispunham de escassas oportunidades de convívio e diálogo fora do local de trabalho².

Em todo o caso, o constante cenário das obras ao longo do livro explicar-se-á também por uma certa relutância do autor em falar da vida privada dos trabalhadores, ou seja, de tudo o que não diga respeito à labuta diária, aos conflitos de trabalho ou à política em geral. A imagem resultante, provavelmente intencional, é a de um operariado escravizado ao trabalho, não só pelas condições desumanizadas em que este é executado, como por parecer não existir fora dele outra dimensão na vida dos trabalhadores. Exceptuada, evidentemente, a dimensão política — ela própria reduzida à luta de classes, expressão das relações de produção —, a proporcionar a única via de dignificação e emancipação operárias.

CASAS PARA OS OUTROS

O livro contém uma panorâmica, ainda que por vezes muito lacunar, da actividade produtiva e das condições de trabalho e de vida na construção civil, principalmente no período anterior a 1974. A experiência profissional do autor é longa e variada. Na construção, as mudanças de local de trabalho são muito frequentes, podendo essa circunstância proporcionar uma razoável visão de conjunto do sector em determinada região (no presente caso, a zona de Lisboa).

Neste domínio são de destacar as numerosas passagens do livro — sempre em forma de diálogos — sobre técnicas de construção e processos de trabalho. No conjunto formariam quase que um «guia prático do construtor civil», aparentemente autónomo em relação ao resto do livro. Luís Nunes Cartaxo espalhou assim ao longo do texto os seus conhecimentos e ensinamentos sobre telhados, paredes, rebocos, estuques, azulejos, chaminés, escadas, valas, andaimes, pintura, arcos, resistência de materiais, placas de betão, ferros, etc. O intuito didáctico do autor confunde-se aqui, até certo ponto, com a plausível intenção de atestar a sua competência profissional.

Esta parte do livro não deixa de ter interesse, permitindo acompanhar de algum modo a evolução das técnicas e processos de construção no período em causa, com reflexos não só sobre a situação da habitação, como sobre o operariado do sector, sua composição e qualificação, condições de trabalho, etc. A posição do autor em relação a essa evolução exclui os saudosismos: a quantidade e a barateza das habitações modernamente construídas justificam plenamente a quase extinção da classe dos antigos «mestres», que se ocupavam principalmente de trabalhos especiais ou de luxo em estuque, madeira, pedra, pintura, etc. Condenando, por outro lado, a falta de brio profissional e de escrúpulos de alguns «patos-bravos»³, que apenas preten-

² Após 1974, esta situação foi consideravelmente alterada. À data em que escrevo, Outono de 1983, o trabalho ao sábado na construção foi já abolido e o horário semanal desceu para 45 horas de Março a Outubro e 42,5 horas de Novembro a Fevereiro. Desde 1975 que os trabalhadores da construção civil têm um mês de férias. No conjunto, pois, estas alterações traduzem uma redução do tempo anual de trabalho de cerca de 300 horas em relação a 1973.

³ «Patos-bravos» — hoje um termo de significado mais lato — eram os pedreiros da região de Tomar ou Abrantes que afluíam a Lisboa, onde alguns se tornaram construtores, enriquecendo rapidamente.

dem enriquecer rapidamente, sem se preocuparem com a qualidade da obra ou as condições de trabalho dos operários, Cartaxo faz todavia questão de sublinhar a importância da iniciativa da maioria desses empreendedores no desenvolvimento das condições de habitação em Lisboa, dada a alegada indiferença do Estado e o desinteresse dos grandes empresários do sector pela habitação popular. Neste seu juízo favorável sobre os «patos-bravos» entra visivelmente em linha de conta a origem operária desses patrões, que trabalharam para o serem e que, depois de se tornarem patrões, muitas vezes não deixaram de trabalhar ao lado dos outros. Os piores empresários, na opinião do autor, seriam os que «nunca aprenderam bem qualquer ofício» ou que «nunca trabalharam», desconhecendo por consequência o que seja «brio profissional».

Na sua descrição das condições de trabalho durante as décadas de 40 a 60, um dos aspectos que o autor mais faz ressaltar é o livre arbítrio patronal que imperava na determinação dessas condições, inclusive ao arrepio da legislação corporativa. Esta consignava desde a década de 30, em princípio, a jornada de 8 horas para os trabalhadores da construção nas zonas urbanas, mas, segundo Cartaxo, eram constantes os atropelos a este horário, diariamente prolongado em muitas obras além do limite legal sem remuneração adicional, sobretudo nas pequenas e médias empresas. Não havia nenhuma garantia de emprego, podendo qualquer operário ser despedido em qualquer altura e sem indemnização. A segurança social era mínima ou inexistente (doença, desemprego involuntário, acidentes de trabalho). Aparentemente, só o descanso dominical era garantido e piamente observado.

Num parêntese, é necessário referir aqui que a negociação colectiva não funcionou em todo o sector da construção e obras públicas até ao final dos anos 60, altura em que ainda vigoravam unicamente despachos de salários mínimos datados de 1934 e 1943. Neste grande sector de actividade, a contratação colectiva começa a funcionar — dentro dos moldes do corporativismo — somente em 1968, coincidindo pois com a aceleração do ritmo inflacionário então verificada e com uma evolução do mercado de trabalho favorável aos trabalhadores, nas circunstâncias do persistente surto de crescimento da construção (que se manteria até 1974) e da forte corrente emigratória. Durante toda a década de 60 e, mais acentuadamente, desde 1966-68, verificou-se uma melhoria apreciável dos salários da construção, acompanhando ou chegando mesmo a ultrapassar a taxa de crescimento da produtividade do sector⁴. O início da contratação colectiva na construção civil⁵ parece, pois, reflectir uma tentativa governamental de controlo dos salários, perante a conjuntura do mercado de trabalho muito favorável aos

⁴ Alfredo de Sousa, *Inflação e Desenvolvimento em Portugal*, Cadernos GIS, n.º 3, Lisboa, 1973, p. 30.

⁵ O primeiro contrato colectivo de trabalho para os operários da construção do continente foi publicado a 31 de Janeiro de 1968 e o segundo data de 8 de Setembro de 1971, tendo sido revisto a 15 de Dezembro de 1973.

⁶ Reportando-se ao funcionamento global da negociação colectiva até ao final da década de 60, Manuel de Lucena afirmava em 1971:

As frágeis vitórias [dos trabalhadores] verificaram-se, de um modo muito clássico, em conexão com situações momentaneamente favoráveis no mercado de trabalho. A negociação [colectiva] não foi a causa do sucesso, mas porventura o seu limite. [*A Evolução do Sistema Corporativo Português — I. O Salazarismo*, Lisboa, 1976, pp. 355-356.]

trabalhadores⁶. É também no final da década de 60 que começam a afluir às obras lisboetas contingentes cada vez maiores de trabalhadores cabo-verdianos, no quadro das medidas governamentais tendentes a reequilibrar o mercado de trabalho⁷.

Sobre estas questões, Luís Nunes Cartaxo quase não se pronuncia no seu livro, como se o início da contratação, em 1968, não tivesse tido repercussões (positivas ou negativas) nas relações laborais⁸, ou como se o surto da indústria e o aumento dos salários reais durante a década de 60 e princípios de 70 nada tivessem alterado no panorama das condições de trabalho e de vida do operariado do sector. Assim, as imagens que avultam na descrição das condições de trabalho antes do 25 de Abril respeitam predominantemente aos anos 40 e 50, com o seu cenário de crises de trabalho, insegurança de emprego e de vida, organização despótica do trabalho, salários miseráveis e fome, num clima de repressão e medo. É a este título sintomático que o livro não siga uma ordem cronológica rigorosa no relato dos acontecimentos. Por exemplo, algumas páginas antes de o autor começar a tratar da revolução de 25 de Abril e do que se lhe seguiu ainda evoca a greve da construção civil no bairro da Encarnação, ocorrida trinta anos antes, em Maio de 1944.

O aspecto mais convincente da descrição que o autor faz das condições de vida dos operários da construção lisboeta é, a meu ver, o respeitante ao problema da habitação. Talvez melhor do que em qualquer outro ramo de actividade, a construção em Portugal espelha a situação de despossessão dos trabalhadores perante a riqueza (aqui, a habitação) por eles produzida. Como diz Nunes Cartaxo, trabalhar é «fazer casas para os outros»⁹. Ou ainda: «Uns fazem-nas e os outros é que depois se gozam delas.»¹⁰ A maioria dos trabalhadores da construção lisboeta são, tradicionalmente, provenientes da província (aos quais se juntaram depois os cabo-verdianos) e não encontram alojamento na capital senão em bairros de lata, habitações degradadas, quartos e partes de casa alugadas ou em barracões junto às obras. Condição paradoxal dos trabalhadores da construção civil — ainda que não constituam senão uma parte da população urbana de baixos recursos afectada por essa situação.

O autor explora bem e com insistência este paradoxo. Por exemplo, descrevendo a sucessão das fases de trabalho num prédio para habitação, Luís Nunes Cartaxo põe o seguinte trecho na boca de um dos seus anónimos protagonistas operários:

⁷ O Governo de Marcelo Caetano encaminhou activamente para Portugal a crónica emigração de Cabo Verde, cujos destinos tradicionais eram a Holanda ou os EUA, de modo a fazer face à escassez de mão-de-obra provocada pela emigração do continente para a França e Alemanha (ver *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, p. 45). Esta política de importação de mão-de-obra cabo-verdiana fora preconizada já nas *Conclusões do IV Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Segurança Social* (Luanda, 1966).

⁸ De passagem, o autor apenas refere o «contrato fascista de 1971» para os operários da construção civil, entre cujas cláusulas se podia encontrar, na sua opinião, «alguma coisa favorável» aos trabalhadores. Segundo o autor declara, por volta de 1977 algumas dessas disposições contratuais favoráveis não eram cumpridas numa empresa de construção sob intervenção do Estado cujo «principal responsável» era um membro suplente do Comité Central do Partido Comunista (*Nós a Construção Civil*, p. 183).

⁹ *Nós a Construção Civil*, p. 39.

¹⁰ *Ibid.*, p. 25.

Os pedreiros correm com a malta do ferro e os carpinteiros de toско. Os estucadores, ladrilhadores e marmoristas correm com os pedreiros. Os carpinteiros de limpos correm com os estucadores, ladrilhadores e marmoristas. E depois os pintores correm com estes todos, [...] os dos revestimentos correm com os pintores e, por fim, vêm esses gajos para cá morar que correm com todos nós. Se depois alguma vez quisermos entrar à porta do prédio, que seja para ver o que fizemos, estamos sujeitos a ser presos ¹¹.

E logo a seguir, referindo-se àqueles que vão habitar os apartamentos recém-construídos:

Por aquilo que fazem ou produzem, nem nas barracas onde vive a maior parte da nossa malta eles teriam direito a entrar ¹².

(AUTO-)RETRATO DO OPERÁRIO COMUNISTA

O intuito didáctico do livro, de que atrás já falei, não respeita apenas aos assuntos profissionais. *Nós a Construção Civil* pretende também ser uma espécie de guia do militante operário comunista, em que a figura do seu autor acaba por aparecer — involuntariamente ou não — como a do militante-modelo. Considerando a sua longa actividade partidária (cerca de trinta anos), podemos presumi-lo figura representativa, não na acepção estatística do termo, mas no sentido de personagem significativo e revelador, pelo menos, de uma época. Luís Nunes Cartaxo não foi um simples aderente do PCP, nem antes nem depois do 25 de Abril, revelando-se publicamente neste último período como um dos líderes da classe, com a correspondente presença na direcção sindical e na estrutura partidária (representou a construção civil lisboeta no VII Congresso do Partido, em 1974).

Como figura destacada e, até certa data, «exemplar», Luís Nunes Cartaxo confere inevitavelmente ao seu livro uma projecção alargada. As suas memórias, ainda que carregadas de subjectividade e referências pessoais, reflectem sempre uma vivência, um percurso e um ideal colectivos. Eis o que nos permite pesquisar a feição humana, moral, cultural e psicológica do militante operário do Partido Comunista dos anos da clandestinidade, através da imagem que o autor fornece tanto de si próprio como do comunista-modelo, que define e, aliás, pretende encarnar. Nem sempre será possível discernir entre a feição estritamente pessoal ou acidental e as características colectivas e essenciais, mas a imagem obtida será sempre significativa, porque também o é o nosso «modelo».

É necessário distinguir um plano ideal, em que o autor expõe as características do comunista modelar, de um plano autobiográfico (nem sempre explícito), que permite ao leitor ir descobrindo no texto os contornos de uma imagem real, porventura típica, do militante operário comunista. Pertence, por exemplo, ao plano ideal a seguinte enumeração que o autor faz das «qualidades que tem que ter uma comunista que seja comunista» ¹³. Primeiramente, o comunista *é sério, trabalhador, pontual, produz e tem orgulho*

¹¹ *Nós a Construção Civil*, p. 30.

¹² *Ibid.*, p. 31.

¹³ *Ibid.*, p. 82.

nisso. O trabalhador comunista nunca é «calão»¹⁴ nem indisciplinado¹⁵. Mas não basta trabalhar em geral, também é necessário produzir (ser trabalhador produtivo) e orgulhar-se disso (orgulho profissional e de classe). O comunista é solidário com os seus colegas: *é defensor dos mais fracos, não lambe as botas aos de cima, quer é dar-se bem com os da sua igualha. É uma pessoa ponderada, respeitadora dos outros e não é egoísta. É coerente e honesto: não diz hoje uma coisa e amanhã outra, nem diz uma coisa e faz outra*. Enfim, o comunista procura instruir-se, *gosta de ler e saber*. De notar que certamente não se reconheceriam todos os comunistas nesta enumeração de princípios: nela se desenham já não só o ponto de vista dos «proletários», cujo confronto com os «intelectuais» constitui uma clássica clivagem interna do Partido Comunista Português, como ainda a posição dos militantes que trabalham perante os funcionários permanentes daquela organização.

Ao longo do seu livro, Cartaxo vai ilustrando, através dos factos que relata e que ele também protagoniza, a fidelidade prática aos princípios acima estipulados. Referi já a exposição que faz do seu saber profissional, de que se honra. Mas este orgulho estende-se à pertença, por um lado, à sua classe profissional (ou «corporação») e, por outro lado, à classe operária ou proletariado em geral, sentimentos que formam conjuntamente a sua consciência de classe (um conceito, como veremos, especialmente caro ao autor). Primeira nota saliente no (auto-)retrato do operário comunista da «velha guarda»: a forte componente profissional ou «corporativa» da sua consciência de classe, em geral característica das chamadas *élites* operárias, mais evidente do que a componente puramente proletária. A exemplificar isto refiro uma passagem do livro em que um personagem operário com «uma consciência de classe bem vincada» [*sic*] fala orgulhosamente dos trabalhos realizados pelos seus colegas do passado, a «antiga malta», enumerando para o efeito o Mosteiro dos Jerónimos, o Aqueduto das Águas Livres, a Praça de Touros do Campo Pequeno, o túnel ferroviário do Rossio, as construções de Conímbriga, as pontes, os portos, as auto-estradas, o metropolitano, etc, e rematando: «Tudo feito pela nossa gente.»¹⁶ Este orgulho chega a ser um tanto exclusivista, pois parece só encontrar par, segundo o autor, no que sentem os trabalhadores do campo quando sobem a um ponto mais alto e vêem «todos aqueles campos verdejantes trabalhados por eles e por toda a sua classe.» Com efeito:

Também nós, quando subimos para o cimo dum prédio e observamos tudo em volta, nesta ou noutra cidade qualquer, assim como nas vilas ou aldeias, podemos pensar e orgulhar-nos também de que tudo o que vemos à nossa volta foi feito pela gente da nossa classe, a construção civil¹⁷.

A consciência de classe, segundo Cartaxo, manifesta-se necessariamente neste orgulho de pertença a um ramo do trabalho produtivo e no brio

¹⁴ O autor afirma mesmo, a dada altura, que «o Sindicato não pode defender calões reconhecidos pelos que trabalham» (*op. cit.*, p. 171).

¹⁵ O autor declara: «Ninguém é mais defensor da disciplina do que eu» (*op. cit.*, p. 189.)

¹⁶ *Nós a Construção Civil*, pp. 60-61.

¹⁷ *Ibid.*, p. 60.

profissional que «todo o operário deve ter e manter», de que é condição o bom domínio de um ofício. Ao mesmo tempo, e não menos necessariamente, traduz-se na solidariedade permanente com os colegas de trabalho ou profissão. O sentimento de pertença à família operária em geral, a afirmação da genérica condição proletária, também está presente, embora de forma menos explícita, ao longo das suas considerações, talvez como expressão alargada da consciência de classe de raiz profissional ou «corporativa». Parece-me, todavia, pouco apropriado este último qualificativo, apesar de o autor conferir grande importância à mestria de um ofício, ao brio profissional ou mesmo à disciplina e hierarquia. Se a consciência de classe, tal como Cartaxo a define e assume, radica essencialmente na vivência social restrita da sua profissão, não se revela por isso menos operária, antiburguesa e mesmo anti-intelectual.

Já o título do livro o declara: a construção civil somos *nós*, isto é, os *operários*. Implicitamente excluídos ficam não só os patrões, mas também os quadros técnicos e até os trabalhadores de escritório, estes arrumados nas classes médias e sempre olhados com a maior desconfiança. Em suma, o autor encarna uma relação aparentemente pacífica entre, por um lado, a qualificação profissional, o orgulho «corporativo», um certo espírito de *élite*, e, por outro lado, uma consciência proletária radical, aglutinadora dos interesses operários em (maior ou menor) oposição aos de todos os outros grupos sociais. E, de facto, como profissional qualificado, não se desligou da sua condição de assalariado (de que facilmente se poderia ter libertado) e, como comunista, não trocou a militância de base pela carreira de funcionário partidário.

A seriedade, o brio profissional, a pontualidade, numa palavra, as boas qualidades de trabalho que são, segundo o autor, características dos operários comunistas, não embaraçam porém uma luta sem tréguas pelos interesses dos trabalhadores. A estes compete sempre averiguarem a justeza de uma paralisação, de uma greve de zelo ou de rendimento e, até, de actos de sabotagem. Os únicos juízes das «boas qualidades de trabalho» teriam pois de ser os próprios trabalhadores, actuando segundo a sua consciência de classe e os seus interesses. Terreno tão subjectivo, parece-me, relativizará todas as arbitrariedades. Para citar apenas um tipo de situação: o direito de «atamancar» o trabalho não parecerá legítimo sempre que os «trabalhadores conscientes», em conformidade com uma moral de classe, considerem que as habitações construídas são para o empresário as «vender de noite, num café»¹⁸, ou então que «muitas das pessoas que vão para lá morar nem isso mereciam»¹⁹?

Quanto a ser-se ponderado, o que também seria apanágio do operário comunista, não se pode dizer que os relatos de Luís Nunes Cartaxo exemplifiquem ou estimulem a prática dessa qualidade. À parte a violência meramente verbal, por vezes extremada, que marca frequentes passagens do texto, o relato refere positivamente numerosas situações e ameaças de violência física — designadamente acidentes forjados, destinados a combater arbitrariedades e injustiças ou a castigar denunciadores, traidores, etc. Pertencem a esta classe de violências os denominados «pombos sem asas» (pedras, tijolos ou outros objectos pesados) que se deixam cair do alto dum

¹⁸ *Nós a Construção Civil*, p. 122.

¹⁹ *Ibid.*, p. 31.

andaime ou duma janela sobre a pessoa visada²⁰, uma tábua de andaime colocada em falso²¹, a queda provocada do elevador exterior das obras com a vítima lá dentro²², etc. Agressões frontais também são referidas eloquiosamente, como no caso do trabalhador que bate com um arranca-pregos embrulhado em papel na cabeça de um encarregado que havia insultado os seus colegas²³. Nestas circunstâncias, a ponderação que o autor estabelece como norma revela-se, quando muito, uma graduação eventual da violência ou da dureza da acção. «Devemos ser duros, sim, mas *boleados*» — proclama o autor noutra passagem²⁴, o que me parece dar uma imagem sugestiva e menos abstracta da ponderação que defende como norma de conduta.

Com alguma frequência, surgem nos diálogos do livro alusões às mulheres, ao sexo e ao casamento. Poder-se-ia imaginar que o autor, em sintonia com os objectivos ideológicos, didácticos e moralizantes da sua obra, introduzisse essa temática com o intuito de expor alguns princípios da doutrina comunista com ela relacionados. Se é certo que também se encontram alguns vestígios desse discurso doutrinário em referências à «mulher que trabalha», a verdade é que, na abordagem daqueles temas, o texto se revela acentuadamente tradicionalista e conservador. Temas clássicos do socialismo, como a igualdade de direitos ou a emancipação da mulher, são ignorados, cedendo o lugar a um conjunto de juízos impavidamente depreciativos da condição feminina e descendo, por vezes, ao nível da obscenidade²⁵. Não é certamente estranho a esta mentalidade «machista» o facto de o sector da construção civil e obras públicas (cerca de um quarto de milhão de efectivos operários) empregar exclusivamente trabalhadores do sexo masculino²⁶.

O único aspecto positivo ou reabilitador da mulher aparece ligado ao facto de ela trabalhar, merecendo por essa razão algum respeito ou crédito. Mesmo assim, a mulher trabalhadora nunca é referida como pertencente à classe operária: o autor prefere utilizar as expressões «mulheres da nossa laia» ou «do nosso ambiente». Aliás, as figuras femininas evocadas no seu livro nunca são, por exemplo, operárias industriais, mas sim varinas, empregadas domésticas, vendedeiras de fruta ou, mais vagamente, mulheres e irmãs dos operários, contrapondo-as o autor às «senhoritas espintaçadas» ou «apapricadas» das classes médias ou da burguesia. Estas, dadas como não trabalhadoras, seriam geralmente menos sérias. O fumar, na mulher, é tido como perversidade (depravação, mais exactamente) e as prostitutas são referidas, a dado passo, como as «mulheres que fumam». No respeitante à sexualidade, assunto geralmente tratado em âpartes humorizantes, o autor

²⁰ *Nós, a Construção Civil*, pp. 14, 36, 96, 98, 107-108 e 143.

²¹ *Ibid.*, p. 86.

²² *Ibid.*, p. 45.

²³ *Ibid.*, pp. 129-130.

²⁴ *Ibid.*, p. 164.

²⁵ «O trabalho de mulheres mais preferido é feito com elas a olhar para cima» (*op. cit.*, p. 34); «Pensas que sou desses que quem manda em casa são as mulheres?» (p. 49); «Embora em reduzida percentagem, ainda há mulheres sérias» (p. 57); «Sabes que não vou em conversas de mulheres» (p. 131); «Pau a pino e mulher de costas nunca se negaram a pesos» (p. 137); «[...] com o espírito amulherengado de meterem o nariz onde não lhes pertence» (p. 140); «[...] tipas depravadas no tabaco» (p. 190).

²⁶ 99,7% segundo o *Inquérito Industrial de 1972* (em estabelecimentos com 5 e mais pessoas ao serviço), o que faz da construção civil e obras públicas o ramo de actividade com maior percentagem de operários masculinos em Portugal.

divide-se entre o discurso moralista e a tentativa de desfazer uma imagem de puritano. Reprova a gabarolice de alguns colegas e aponta diversos malefícios da licenciosidade. Se bem que não condene esporádicas relações sexuais de operários com mulheres «burguesas» — consideradas nessa óptica e na sua linguagem como «caça grossa» —, já considera errado o casamento interclassista, reprovando mesmo o casamento de mulheres do meio operário com empregados de escritório, que depreciativamente apelida de «engravatadinhos». Noutra passagem, o autor insurge-se contra o uso da gravata, a que chama «coleira» e que para ele simboliza perfeitamente as classes sociais estranhas ou inimigas. A eventual cedência dos operários ao uso da gravata explicar-se-ia, segundo o autor, pela insistente «sarrazinagem» das suas mulheres, mães ou irmãs. Nenhum operário usaria gravata, afirma, se a isso não fosse levado pelas mulheres²⁷. Eis, pois, como o sexo feminino parece também desempenhar, para Luís Nunes Cartaxo, um papel perversor da consciência de classe do operário.

Por força da própria forma dialogal escolhida, além de outras razões, o livro de Cartaxo relata numerosas situações em que transparece a maneira como o autor desempenhava a sua missão consciencializadora e agitadora nos locais de trabalho sob o antigo regime. A avaliar pela frequência com que tais situações surgem no texto, aquela tarefa ocupava-o permanentemente, aliada sempre a uma acção de instrução profissional e de formação cívica e cultural. A receptividade dos trabalhadores à politização era, desse modo, aumentada ou facilitada. A credibilidade do politizador assentava também muito nas suas qualidades humanas e profissionais, pelo que a todo o momento tinha de cuidar da sua própria imagem. As circunstâncias da ilegalidade, por seu turno, impunham permanentes cautelas, tanto na maneira de conduzir as conversas e escolher argumentos, como quando se tratava de passar a qualquer tipo de acção. Para além dos riscos de perseguição policial ou retaliação patronal, o aspecto mais adverso da sua missão parece ter consistido no que o autor designa por *falta de consciência de classe* dos trabalhadores. Aqui entroncamos de novo neste conceito nuclear do seu pensamento, a consciência de classe.

O problema é um tanto vicioso, uma vez que a falta de consciência de classe surge como obstáculo à consciencialização. Mas o autor cita ao longo da sua obra uma série de factores perversores que concorrem para essa impermeabilidade à consciencialização. Temos, assim, o futebol, utilizado pelas classes exploradoras para distrair a atenção das massas das suas preocupações económicas e culturais (à hora do almoço, nas obras, muitos trabalhadores preferem falar de futebol do que discutir a actualidade política). A crença religiosa e, muito em especial, a acção ideológica e política do clero, que ao longo do livro Cartaxo não se cansa de denunciar. A taberna e o álcool, de que muitos trabalhadores abusam, inclusive nas horas de trabalho. O interesse pela sexualidade, que, se «não fica mal a ninguém», pode também desviar a atenção dos verdadeiros problemas. A eventual dependência do operário em relação às mulheres da família, como atrás já vimos. Enfim, o oportunismo e a simples necessidade, que, segundo o autor, fazem com que alguns trabalhadores se tornem «graxas» (no melhor dos casos) e «rafeiros», «bufos», «denunciantes», «traidores», «piolhos verdes» (legionários) ou até «pides». De notar a insistente distri-

²⁷ Nós a Construção Civil, p. 50.

buição destes epítetos, bem enquadrável no estilo virulento e nas concepções maniqueístas da escola partidária em que o autor se iniciou no final dos anos 40.

Estes factores perversores, ainda que expostos desordenadamente e sem o intuito aparente de fundarem teoria, vão pois determinar a missão e sem o intuito aparente de fundarem teoria, vão pois determinar a missão do «comunista autêntico» — como elemento da *élite* moral, cultural e profissional da classe — junto de um operariado demasiado exposto à acção corruptora da sociedade burguesa, que o incapacita para uma tomada de consciência e o mergulha na indiferença. Para o autor, bem entendido, isto não significa que o «comunista autêntico» deixe de ser a expressão real e directa da classe operária, do seu sentir profundo, do seu querer espontâneo e das suas virtudes básicas. Escapa à atenção do autor o carácter eventualmente contraditório ou ambíguo desta relação entre os «trabalhadores conscientes» e a massa operária.

Reconhecendo, por exemplo, que a maioria dos trabalhadores provenientes do Norte são católicos praticantes²⁸, não deixa todavia de proclamar: «Quem trabalha não tem razão para ser religioso.»²⁹ Não respeita, de facto, a religiosidade desses seus colegas, apenas considera que se não deve atacá-la directamente, por razões táticas. «É na parte moral e económica que deve incidir mais o esclarecimento», afirma, ciente de que a discussão da religião alienaria os trabalhadores católicos da acção conjunta³⁰. Muito menos respeita a crença religiosa de um colega de trabalho natural do Sul, o «Filipe do Barreiro»:

É muito mau sinal um sujeito operário, com a idade dele e a viver há tanto tempo numa terra daquelas, e ser tão parvo nesse sentido³¹.

Sobre este colega de trabalho escreverá adiante duas vezes: «Deve ser bufo.»³² Com este colega já não se recusa a discutir os dogmas religiosos e põe-lhe a questão: se Deus existe, porque há então tantas guerras e injustiças sociais?³³ Mas o seu alvo mais frequente, neste capítulo, é o clero, que acusa de estar sempre aliado ao patronato e de vários outros crimes. Referindo-se ao clima de repressão sob o regime de Salazar e Caetano, escreve: «O terror jesuítico em que vivemos.»³⁴ E o marquês de Pombal, figura a que o autor liga a reedificação de Lisboa e uma vaga perseguição dos «padres», é apresentado, por essa dupla razão, como «o maior português que apareceu até à data»³⁵.

CONFLITO E RUPTURA COM O PARTIDO

Sob o regime corporativo, um grande obstáculo à consciencialização e mobilização dos trabalhadores terá naturalmente residido na inexistência

²⁸ *Nós a Construção Civil*, p. 48.

²⁹ *Ibid.*, p. 119.

³⁰ *Ibid.*, p. 46.

³¹ *Ibid.*, p. 48.

³² *Ibid.*, p. 54.

³³ *Ibid.*, pp. 54-55.

³⁴ *Ibid.*, p. 136.

³⁵ *Ibid.*, p. 60.

de uma autêntica estrutura associativa de carácter sindical. Quando esporadicamente surgiam, as lutas e reivindicações dos trabalhadores assumiam um cariz conspirativo e clandestino idêntico ao da actividade partidária comunista, em que, aliás, encontravam frequentemente o único apoio e com a qual chegavam mesmo a confundir-se, pelo menos aos olhos do patronato e do poder, se não da maioria dos trabalhadores.

Como Luís Nunes Cartaxo refere — sem tentar rebatê-lo —, os conflitos laborais eram relacionados pelos patrões com a presença de militantes comunistas entre os operários ou com o aparecimento nos locais de trabalho de folhas clandestinas do Partido Comunista. A *União no Andaime* foi um desses jornais clandestinos, vocacionado especificamente para a organização de lutas no sector da construção e em cuja elaboração e difusão participou Cartaxo. O jornal não durou todavia muito tempo, facto para o qual o autor não fornece explicação.

Se bem que a organização sindical corporativa não gozasse de qualquer crédito, o desinteresse reivindicativo e a desmobilização dos trabalhadores da construção civil também foram um facto notório, que o próprio autor documenta. Ao contrário do que aconteceu noutros sectores ou profissões, não chegaram a formar-se na construção civil lisboeta, no período marcelista, comissões para concorrerem com as listas corporativas nas eleições sindicais. Os trabalhadores não apareciam nas reuniões preparatórias, «uns por falta de consciência de classe, outros por medo»³⁶. Contrariamente ao que então já sucedia noutros sectores de actividade, não se realizaram na construção civil assembleias de trabalhadores para a discussão do contrato colectivo. O projecto de uma greve geral da classe da construção civil pela melhoria dos salários e condições de trabalho³⁷ também não chegou a ter realização. Só com o 25 de Abril se desencadeará finalmente um surto organizativo e reivindicativo da classe, iniciado com a ocupação do sindicato corporativo logo nos primeiros dias após a revolução e continuado de forma explosiva ao longo de 1974 e 1975.

Pela escassa combatividade da classe durante as últimas décadas do regime corporativo e, designadamente, no período marcelista, o autor retrospectivamente responsabiliza também a direcção do Partido Comunista, que, crescentemente infiltrada por «doutores e adoutorados», se teria desinteressado das lutas operárias³⁸. Mas esta análise não é convincente (basta consultar a imprensa clandestina do PCP da década de 60 e princípios de 70 para nos persuadirmos do contrário), além de deixar sem explicação o contraste entre a aparente desmobilização da classe da construção e o intenso movimento reivindicativo e organizativo que, de 1968 em diante, se verificou em quase todas as outras actividades³⁹. O livro, aliás, é praticamente omissa em relação ao que se passava nos outros ramos de actividade.

Não pretendo sugerir aqui qualquer explicação para a «apatia» comparativa da classe da construção durante o regime anterior ao 25 de Abril,

³⁶ *Nós a Construção Civil*, p. 136.

³⁷ *Ibid.*, pp. 144-145.

³⁸ *Ibid.*, p. 145.

³⁹ Pesca, conservas, cortiça, têxtil, vidro, cimento, construção naval, metalurgia, material eléctrico, química, tabaco, portos, transportes, seguros, banca, médicos, estudantes, etc. (ver Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal — I. Cronologia*, Lisboa, s. d.

convicto de que só um estudo aprofundado das relações laborais naquele sector poderá proporcionar conclusões consistentes. A este propósito será talvez instrutivo evocar uma análise da questão em causa, publicada em Janeiro de 1974, ou seja, apenas quatro meses antes do início do maior movimento organizativo e reivindicativo dos trabalhadores da construção civil em Portugal (embora não isolado da conjuntura social e política nacional). Sublinhava então o seu incauto autor o carácter «pouco industrializado» ou mesmo «artesanal» do trabalho na construção civil, a dispersão dos operários por grande quantidade de estaleiros, a mobilidade do emprego, a aceitação pelos trabalhadores de «condições penosas e riscos mortais», enfim, a «tendência e aspiração de [os operários] se transformarem em subempreiteiros, ascendendo ao pequeno patronato, volante de inércia ideológica do sistema»⁴⁰. Tudo isto para documentar e explicar a «falta de consciência de classe» (aqui a temos de novo) e a pouca combatividade manifestada pelos operários da construção, os quais, por conseguinte, apresentariam «um determinado número de características gratas ao capital»⁴¹. Esta análise era já discutível quando os factos poderiam parecer caucioná-la. Mas, a breve trecho, novos factos ocorreriam que a desmentiriam de modo flagrante.

Antes de Abril de 1974 é necessário remontar ao movimento grevista de 8-9 de Maio de 1944 na região de Lisboa e Ribatejo para encontrar algo de semelhante a uma greve de sector na construção civil, ou, melhor, uma greve abrangendo um conjunto de empresas de construção — ainda que integrada então numa acção de âmbito muito mais vasto, envolvendo mesmo trabalhadores rurais. Já nessa época fora considerada como «a grande revelação», por inesperada, a participação de cerca de 3000 operários de dezenas de obras de construção lisboetas no movimento grevista preparado e dirigido pelo PCP⁴². De notar que os operários da construção civil do distrito de Lisboa tinham visto os seus salários regulamentados por despacho governamental no ano anterior (Março de 1943), o que acontecera então pela primeira vez e não voltaria a repetir-se, ficando, a partir dessa data e durante um quarto de século, as remunerações do sector sujeitas unicamente às leis do mercado.

Sem tradições de luta e sem experiência de organização autónoma, a classe operária da construção civil vai pois «acordar» para a acção de tipo sindical no ambiente revolucionário que gradualmente se gerou a partir de 25 de Abril de 1974. O livro de Luís Nunes Cartaxo dedica umas 60 páginas aos acontecimentos posteriores a essa data ocorridos no seu sector. Visão uma vez mais pessoal, lacunar e subsidiária das alegações de fundo do autor, mas também testemunho necessário para a compreensão do período de 1974 a 1976, em que Cartaxo desempenhou funções de direcção sindical e, segundo afirma, se tornou «a pessoa mais conhecida no sector»⁴³. A leitura exige alguma documentação prévia do leitor, que repetidas vezes se obrigará a decifrar e suprir as lacónicas referências de Cartaxo.

Segundo o autor, os primeiros indícios das tensões que viriam a surgir no interior da organização sindical lisboeta e entre a direcção partidária

⁴⁰ A. Fonseca Ferreira, «Estrutura da mão-de-obra da construção civil», in *Diário de Lisboa* de 4 de Janeiro de 1974.

⁴¹ Id., *ibid.*

⁴² *As Greves de 8 de Maio de 1944*, Ed. Avante!, 1979, pp. 35 e 85.

⁴³ *Nós a Construção Civil*, p. 176.

comunista e as «bases» trabalhadoras do sector puderam ser detectados logo por ocasião do 1.º de Maio de 1974, em resultado da presença e dos discursos de dirigentes partidários (Cunhal e Soares) na «festa dos trabalhadores». Dias antes, vários militantes comunistas da construção civil, entre os quais Cartaxo, haviam organizado a ocupação do Sindicato dos Operários da Construção Civil de Lisboa e sido designados, perante algumas centenas de trabalhadores ali concentrados, para integrar uma comissão provisória de direcção. Nos primeiros dias de Maio, o dirigente comunista Canais Rocha pretendeu escolher um elemento daquela comissão para representar a construção civil de Lisboa na Intersindical, o que foi então mal recebido e encarado como uma intromissão do Partido na vida sindical ⁴⁴.

Até às primeiras eleições do Sindicato, que só viriam a realizar-se no princípio de 1975, a organização da classe lisboeta passou por um período de forte instabilidade. Vários grupos e facções pretendiam controlar o Sindicato, sucedendo-se as assembleias gerais e as reuniões privadas em que se contestava a actuação das direcções em função. Um surto de radicalismo basista propiciava essa situação, com a eclosão de numerosas greves e o aparecimento de diversas listas de reivindicações, crescentemente exigentes ⁴⁵. O Sindicato chegou a ter simultaneamente duas direcções distintas ⁴⁶.

Arredado da direcção do Sindicato durante esta fase, Luís Nunes Cartaxo regressaria àquelas funções ainda em 1974, por deliberação de nova assembleia geral. Assumiu então papel destacado nas negociações com o patronato sobre o subsídio de Natal. Essas negociações, que tiveram lugar na sede da associação patronal, foram recheadas de violência — arrombamento da porta do Grémio e ocupação das suas instalações até à chegada dos negociadores patronais, presença na rua de uma multidão de trabalhadores em greve durante um dia e uma noite, exaltação e murros na mesa durante a negociação, etc. ⁴⁷

Realizadas pouco depois as primeiras eleições sindicais da construção civil lisboeta, com o concurso de duas listas, saiu vencedora a que integrava elementos afectos ao PCP, entre os quais Cartaxo. Nem por isso cessou a contestação da direcção pelas «bases», surgindo brevemente novos desentendimentos a pretextar novos pedidos de convocação da assembleia geral. Perante esta agitação «esquerdista», a atitude de Cartaxo começou a divergir gradualmente da do Partido Comunista. Cartaxo permanecia, na conjuntura revolucionária, coerente consigo próprio e com a sua escola «pura e dura». Tendo-se mantido no passado sempre próximo das realidades operárias do dia-a-dia, privilegiava agora o contacto permanente entre a direcção sindical e os trabalhadores das obras. Outros responsáveis sindicais, segundo o autor, pareciam mais interessados por «gabinetes alcatifados». Para um militante como Luís Nunes Cartaxo tornava-se também cada vez mais difí-

⁴⁴ *Nós a Construção Civil*, p. 159.

⁴⁵ Então, os acontecimentos ainda escapavam frequentemente ao controlo do PCP, que por vezes se exercia só *a posteriori*. A 8 de Junho de 1974, o patronato acordou com os representantes dos trabalhadores uma nova tabela salarial para o Sul, de efeitos praticamente imediatos. Passado algum tempo, porém, deu-se o facto absolutamente inédito de os sindicatos da construção civil do Sul aceitarem uma moratória à entrada em vigor dessa tabela, após intervenção do ministro do Trabalho, Avelino Gonçalves (PCP).

⁴⁶ *Nós a Construção Civil*, pp. 162-163.

⁴⁷ *Ibid.*, pp. 164-170 e 176. Ver também *Diário de Notícias* de 1 de Janeiro de 1975.

cil assimilar as subtilezas estratégicas e os compromissos tácticos que a direcção do Partido Comunista adoptava na novíssima situação, caracterizada pela passagem brusca da clandestinidade à partilha de responsabilidades na área do poder, designadamente o Ministério do Trabalho. Pelo contrário, muitos dos recém-chegados à actividade partidária e à organização sindical (trabalhadores sem passado militante e, sobretudo, elementos das classes médias ou destas mais próximos) mostravam maior docilidade e adaptabilidade, pelo que iam sendo colocados em postos de confiança. Esta situação exacerbou os aliás já antigos ressentimentos de Cartaxo contra os «arrivistas» e «intelectuais» que se «infiltravam» no aparelho partidário. Estava aberta a porta por onde Luís Nunes Cartaxo sairia mais tarde ou mais cedo, voluntariamente ou empurrado.

Seguir-se-iam, com efeito, uma série de embates no seio do Sindicato e do Partido, em torno de questões como a duração das férias e o respectivo subsídio (30 dias, conquistados sob a liderança de Cartaxo, apoiado por acções de rua dos trabalhadores, contra os 20 dias que o Partido aprovava), a luta pelo contrato colectivo (rematada, em Novembro de 1975, pelo sequestro à Assembleia Constituinte), despedimentos no sector, regime das faltas, etc.

Após o 25 de Novembro de 1975, terminada bruscamente a conjuntura revolucionária, Luís Nunes Cartaxo foi sentindo um crescente isolamento na direcção do Sindicato e na estrutura partidária, as quais viam agora reunidas as condições para um mais efectivo controlo das bases. Para o autor, era a vitória dos «arrivistas», «intelectualóides» e «adoutorados», que, com o apoio da hierarquia partidária e os votos de uma percentagem cada vez menor de trabalhadores⁴⁸, passavam a dominar tranquilamente o Sindicato. Na verdade, a facção «esquerdista» de Cartaxo, que até então pudera ou soubera apoiar-se directamente nos trabalhadores das obras e nas acções de rua, encontrava-se já em nítida perda de fôlego.

Cartaxo afastou-se então do Sindicato e do Partido, regressando ao trabalho numa empresa de construção sob administração estatal. Algum tempo depois seria despedido, afirmando no seu livro ter sido alvo de uma retaliação política por parte do engenheiro-chefe da empresa, um membro suplente do Comité Central do Partido Comunista. A encerrar todo este percurso surge, pois, o livro de Cartaxo, com a sua denúncia do que considera ser o desvirtuamento do Partido Comunista e da organização sindical por ele controlada. O livro termina com um libelo contra os «intelectuais» e os «doutores» (muito especialmente os advogados, que apelida de «novos padres»), mostrando-se também adverso às classes médias em geral, cujos interesses demarca e opõe aos dos «trabalhadores que trabalham».

No panorama nacional, *Nós a Construção Civil* revela-se, a meu ver, como uma das mais autênticas e concentradas expressões ideológicas da facção proletária ou obreirista do PCP, em que a constante exaltação do trabalho manual emparelha com o desprezo pelo saber profissional dos «improdutivos» e o basismo mais radical com a denúncia da infiltração do movimento operário pelos elementos «intelectuais» (designação em que o autor engloba tanto os chamados quadros superiores como a maior parte dos

⁴⁸ Segundo o autor, nas eleições sindicais de 1975 votaram 2859 trabalhadores. Em 1976, já com uma só lista, mas com mais 20 000 sindicalizados do que no ano anterior, votaram 3002 trabalhadores. Em 1979, já com um total de 80 000 sindicalizados, votaram apenas 2700.

trabalhadores não manuais). O livro de Cartaxo espelha assim as grandes contradições de um marxismo que não previu ou dissimulou ou menosprezou a ascensão social das classes médias e que hoje, no final do século XX, embora recuperado por essas e outras novas classes, ainda persiste, no plano teórico, numa já totalmente desfasada visão dicotómica da sociedade e na defesa de um histórico «papel dirigente da classe operária». No plano prático, porém, o marxismo já não persiste nesta contradição: a confirmá-lo, a inexorável rejeição pelo Partido Comunista Português do líder operário Luís Nunes Cartaxo.